

Três obstáculos para o acerto

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Pelo menos três obstáculos precisavam ser superados para que o martelo fosse batido em Nova York, formalizando o acordo provisório com os banqueiros: a definição de uma fórmula contábil que possibilite o crédito, em favor dos bancos, dos rendimentos do aporte de US\$ 3 bilhões; a definição de um *spread* (taxa de risco) aceitável pelas duas partes, a ser cobrada sobre os mesmos US\$ 3 bilhões; a definição de um esquema de pagamento dos juros que vencerão nos primeiros meses do próximo ano, até que seja assinado o acordo multianual.

Paralelamente havia outras questões menores, sobre as quais, contudo, um acordo parecia mais fácil, dada a flexibilidade da posição brasileira, destacando-se o problema do foro, mais uma vez levantado pela equipe negociadora brasileira, que se recusava a aceitar Nova York, insistindo num foro internacional. Contudo, nas negociações anteriores, essa exigência foi afastada, prevalecendo o ponto de vista dos credores.

Segundo um técnico da área econômica familiarizado com as negociações, o problema da apropriação contábil dos rendimentos do aporte de US\$ 3 bilhões a ser feito pelos bancos até o fim do ano era um complicador sério. Pela regulamentação norte-americana, como se trata de um *scrow account* (conta especial) não há como fazer o lançamento dos rendimentos. A alternativa apontada pelos negociadores brasileiros foi substituir o *scrow account* por outra forma de depósito, mas havia dúvida sobre essa possibilidade.

Em relação ao *spread*, os bancos insistiam em cobrar pelo menos 0,815%, correspondente à taxa paga pelo pacote de resgate do México. Embora considere irreal o *spread* zero, os negociadores brasileiros em Nova York receberam instruções de Brasília para rejeitarem firmemente essa taxa, pois ela poderia ser aproveitada pelos banqueiros para aplicá-la no restante da negociação.

Em relação ao pagamento dos juros no primeiro semestre do próximo ano o impasse também estava criado. Como, mesmo admitindo a hipótese otimista de um acordo global ser fechado em fevereiro do pró-

ximo ano, dificilmente antes de junho ele seria subscrito pelos 700 bancos incluídos na negociação, ficaria o problema: como pagar os juros que vencerão até lá?

A posição do governo brasileiro era de incluir tudo na negociação, mas isso corresponderia a um atraso no pagamento, correspondendo, na prática, a uma extensão da moratória, o que os credores consideravam inaceitável. O Brasil, por seu turno, se recusava a retirar recursos da reserva cambial para pagar pelo menos US\$ 500 milhões mensais de juros que pretende capitalizar ou refinanciar de alguma outra forma.

BAIXA

Assessores diretos do ministro da Fazenda e do presidente do Banco Central disseram a *O Estado*, no início da noite de ontem, que os dois estavam mal-humorados, depois que receberam, do negociador Fernão Bracher, notícias desanimadoras de Nova York. Anteontem, quando Fernando Milliet esteve no Senado, para reportar à Comissão da Dívida Externa o andamento das negociações, o acordo era dado como virtualmente fechado, e ele estava otimista.